

REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA, AUTOFIÇÃO E DITADURA EM *MONTONEROS: UNA HISTORIA*, DE ANDRÉS DI TELLA

Vitor Lourenço Rodriguez Salgado (UFRJ/CAPES)

Resumo: Este trabalho tem por interesse realizar uma análise dos elementos de construção autoficcional da personagem Ana, ex-militante montonera, presente no documentário *Montoneros: Uma historia*, de Andrés Di Tella. Paralelamente, apresentamos algumas questões políticas e teóricas para endossar a investigação sobre o momento ditatorial argentino vivido entre 1976 e 1983.

Palavras-chave: Montoneros, Ditadura Argentina, Pós-memória, Andrés Di Tella, Beatriz Sarlo

Em *Montoneros: una historia* (1994), Andrés Di Tella coloca em pauta a problemática que envolve a passagem da memória histórica da sociedade argentina de uma geração para a outra. Retomando o conflituoso cenário dos anos de 1970 até o fim da ditadura militar e conseqüente redemocratização em 1983, o cineasta organiza uma rede testemunhal de pessoas que participaram ativamente das dinâmicas político-sociais da época, entre elas simpatizantes e integrantes do grupo de guerrilha armada Montoneros. Nomes centrais como Roberto Perdia, ex-comandante montonero, Ignacio Velez, fundador do grupo, Silvina Walger, jornalista simpatizante da luta armada, e Jorge Rulli, fundador da juventude peronista, compõem o documentário com seus depoimentos. Além destes, a obra conta com a participação dos ex-montoneros Chiqui Falcone e Todo Devoto, de Domingo Godoy, integrante do Movimento Villero Peronista, dos ex-detidos/desaparecidos Graciela Daleo, Ana (ambas ex-montoneras), Mario Villani, Rolo Miño e Victor Bastera. Nosso foco recairá sobre Ana, personagem que nos interessa para os fins deste trabalho e desempenha um papel fundamental na narrativa orientada por Di Tella.

Produzido e lançado ao público na primeira metade dos anos de 1990, o documentário desenvolve seu campo de investigação a partir da curiosidade de Paula, filha de Ana, sobre os acontecimentos da década de 1970. Baseando-se nesse recorte conjuntural, Di Tella inicia um triplo percurso: 1) o resgate da memória concernente ao período marcado por uma dura repressão, desaparecimentos e terrorismo de Estado; 2) o reconhecimento de uma história montonera, como o próprio título salienta, trazendo as características políticas, identitárias e ideais que possibilitaram a formação do grupo; 3) e a exposição da memória individual de Ana, relacionando o contexto histórico à trajetória da personagem, aos afetos produzidos durante a militância e às contradições inerentes à guerrilha.

Nosso objetivo com este trabalho é estudar o modo de construção autoficcional da personagem Ana através do relato em primeira pessoa e a interdependência das esferas pública e privada durante o processo de figuração do eu na narrativa testemunhal. Paralelamente, traçaremos um rápido panorama teórico que busca fundamentar o valor do testemunho na produção histórica, as noções sobre memória e “pós-memória” e, por fim, a formação identitária pela via utópica.

. . .

Em *Tiempo Pasado* (2005), Beatriz Sarlo enfatiza as razões para uma escritura da memória que se faça valer não só pelo princípio academicista histórico-metodológico. Ao tematizar sobre o passado e os regimes de exceção na Argentina, a teórica inclui na discussão os elementos referentes à ética e ao direito de recordar. Podemos entender, em primeira instância, que eliminar o fator subjetivo da abordagem historiográfica, tendo como centro apenas a objetividade do método, permitiria o alcance da verdade. Com o decorrer da passagem secular, observa-se, contudo, que os momentos são conflituosos o suficiente para demonstrar que essa fórmula pode ter sido praticada de maneira equivocada quando levada às últimas proporções. A narrativa histórica fica a cargo de especialistas que possuem a devida autoridade para desempenhar tal função, para julgar o que vale ou não ser relatado. A problemática não se insere, inteiramente, no campo da competência laboral, mas nos usos dos gêneros que serão úteis à disciplina, como já sinalizado por Pierre Nora e Jacques Le Goff na obra *História: novos problemas* (1995), culminando, assim, na participação de outros sujeitos na escrita dessa história. Sarlo postula que “la modalidad no académica (aunque sea un historiador de formación académica que la practique) escucha los sentidos comunes del presente, atiende las creencias de su público y se orienta en función de ellas” (SARLO, 2005, p. 15). Esse trecho se relaciona diretamente à influência da memória sobre o papel de construção narrativa do passado no presente. A experiência transmitida diretamente pelo testemunho gera uma aproximação com o público leitor/ouvinte prescindível ao texto refém da ortodoxia acadêmica e proporciona um diálogo mais ostensivo com o imaginário coletivo contemporâneo. Não se trata de positivar radicalmente a apreensão do sujeito ou de erradicar o método, senão de congregar os valores da investigação histórica e os aspectos atribuídos à experiência ao lidar com o passado, podendo coincidir numa análise do que se conta e do que passou. O traço objetivo-metodológico na abordagem historiográfica, segundo a autora, não

deve se manter enquanto função hermética restringida a um grupo seletivo de profissionais; deve, ao contrário, funcionar como ferramenta importante na organização do registro histórico textual, na reunião de todo o material disponível, acadêmico ou não, e na inclusão do fator humano nos interstícios do discurso histórico.

Para além do problema acadêmico, durante os períodos ditatoriais na América latina, outro grande empecilho para a democratização da memória foi o domínio do governo sobre os meios de comunicação, promovendo a composição unificada de um relato histórico-nacional (ALABARCES, 2009). O caráter unilateral do relato culmina numa forte presença hegemônica da matéria histórica. Os grupos de guerrilha urbana e os movimentos da juventude foram derrotados ideologicamente pela ditadura. No caso argentino, durante o período de 1976 a 1983, a justificativa para as práticas do terrorismo de Estado surgiu na mesma medida em que houve a necessidade de diferenciar o povo daqueles que estavam envolvidos nas operações e manifestações contraditórias. O incômodo gerado pela pressão moral sobre os atos de violência praticados causou mais danos à sociedade do que ao Estado. A legitimação do uso da força, que teve como principal argumento o combate à “ameaça terrorista” dos grupos rebeldes, direcionou os holofotes para a luta armada como se fossem um perigo externo, uma ameaça ao povo, desarticulando o discurso da esquerda e as possibilidades de identificação massiva com a mudança radical proposta pelos grupos revolucionários. Esse distanciamento provocou, além de outros efeitos, um rechaço social que impediria a discussão sobre a memória destes grupos por muitos anos após a redemocratização.

Andrés Di Tella, ao ser entrevistado pela revista *La Fuga*, comenta sobre esse aspecto:

no me atreví a preguntarles si habían pertenecido a algún movimiento guerrillero, *eso era un tabú absoluto*. Si te fijás en el informe “Nunca más”, que se hizo inmediatamente después de la dictadura y que fue la base para los juicios a las juntas militares, ahí no se hace mención alguna de las organizaciones armadas, todos eran víctimas inocentes entre comillas. Esto no quiere decir que haber pertenecido a una organización armada justifica el secuestro y tortura y asesinato de nadie. Pero lo que quiero decir es que *la existencia de las organizaciones armadas era un tabú*, quizás porque el argumento principal de los militares y la derecha era que habían tenido que intervenir frente a la amenaza terrorista (grifos nossos).¹

¹ Retirado de <http://www.lafuga.cl/andres-di-tella/618>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

Nesse sentido, Sarlo postula um direito à memória. A compreensão da história passa por diversos âmbitos. Considerá-la pura e simplesmente através de um modelo sistemático informativo, principalmente nos países onde existiram regimes totalitários, pode acarretar um afastamento prejudicial dos sujeitos sociais às questões sensíveis aos anos de violência. Se o limite da memória testemunhal se postula na impossibilidade de internalização da experiência pelo outro, é necessário que a história contada se faça inteligível e interpretável. A saída encontrada por Sarlo reside nas narrativas derivadas da experiência; mais precisamente, na maneira como se organiza o modo de construção do relato: “lo específico histórico es lo que puede componer la intriga, no como simple detalle verosímil sino como rasgo significativo; no es una expansión descriptiva de la intriga sino un elemento constitutivo sometido a su lógica” (2005, p. 69, grifo nosso). Ao retomar os argumentos de Paul Veyne e Paul Ricoeur a respeito das técnicas narrativas que compõem o modelo realista-romântico, a teórica pensa a retórica testemunhal e as particularidades inerentes à proximidade do público ao relato de experiência em primeira pessoa.

A intriga postulada por Beatriz Sarlo exerce o papel de componente inteligível que determina o limite de um relato. A impossibilidade de alcance da totalidade da história ou de um momento histórico aparece como uma dificuldade de apreensão dos significados gerados em determinado período. O cuidado ao contar a história deve ser redobrado ao tratar dessa leitura, pois podemos cair na relativização semiótica da realidade pelo sujeito, o que não nos é interessante; no entanto, a inteligibilidade da história a partir do testemunho residiria na concepção de uma linha narrativa que contivesse elementos e detalhes necessários para a verossimilhança do conteúdo narrado e, mais ainda, para o reconhecimento de um sujeito pelo outro, mantendo o foco sobre o indivíduo, o fator humano, atribuindo um valor a mais ao esquema instrumental da realidade objetiva. A importância dos testemunhos no contexto pós-ditatorial latino-americano é respaldada em diversos espaços e, pesando a quantidade de informação que ainda não foi posta em evidência, se torna mais do que necessário procurarmos novas ferramentas para solucionar os problemas sociais, gerados nos anos de violência, que ainda percorrem o imaginário coletivo até os dias de hoje. Isso significa romper os tabus e, mais precisamente, dar a oportunidade às vítimas de falarem sobre aquilo que pelas vias ideológicas do governo se deu por encerrado. O passado sobrevive enquanto matéria do presente e os testemunhos, por sua ação narrativa, exercem uma função alegórica, outorgando ao sujeito da experiência o direito ao duelo com a construção

emblemática dos tempos antigos: “lo alegórico se instaura, por tanto, no por recurso a un ‘sentido abstracto’, sino em la materialidade de uma inscripción. [...] La alegoria es la cripta vuelta sentido de reminiscencia” (AVELAR, s.d., p. 7).

As reflexões sobre as tensões entre presente e passado resultam em espaços de domínios contraditórios. Precisar a legitimidade de quem pode falar sobre o passado é uma tarefa de extrema dificuldade. A princípio, poderíamos considerar como legítimo apenas o texto daqueles que participaram concretamente dos eventos que serão narrados, mas ao mesmo tempo entramos numa problemática que restringe outros sujeitos que poderiam contribuir para a elucidação de temas polêmicos. Quanto mais a história avança, maior a possibilidade de entradas de novos indivíduos nas discussões. Um dos aspectos centrais nesse sentido é o corte geracional. Como uma geração pode entender o que passou com a anterior? O que fica de resíduo de gerações antigas? De que modo as futuras gerações podem recontar certas histórias? Em resposta, iniciou-se o debate sobre uma era de “pós-memória”.

É possível recordar o que não se viveu? Recordar a partir da memória do outro tem o mesmo efeito que a memória da experiência? Tomando como referência os trabalhos de Marianne Hirsch e James Young, feitos sobre os depoimentos das vítimas do Holocausto, Beatriz Sarlo define a pós-memória como “la reconstrucción memorialística de la memoria de hechos recientes *que no fueron vividos por el sujeto que los reconstruye*” (2005, p. 129, grifo nosso). Ela formulará uma crítica sobre a pós-memória, constatando que o processo de recordar continua sendo o mesmo, pois a narrativa instaurada pela recordação possui os mesmos efeitos práticos tanto de quem experienciou um fato quanto de quem experienciou a memória deste mesmo fato. O caráter “vicário” associado ao conceito, alguém falando no lugar de outro, refletiria, para a teórica, não uma qualidade específica da pós-memória, mas só tornaria visível o reconhecimento de que, de uma forma ou de outra, “*toda experiencia del pasado es vicaria*, porque implica sujetos que buscan entender algo colocándose, por la imaginación o el conocimiento, em lugar de quienes lo experimentaron realmente” (2005, p. 129, grifo da autora).

Lembrar continua sendo o traço comum aos estudos da história e da memória, no entanto, o que se altera são relações subjetivas desenvolvidas por quem estrutura um relato testemunhal. No caso argentino, essa mudança se colocou de maneira muito pertinente nos relatos de filhos de desaparecidos, como aqueles que teriam a autoridade sobre a memória histórica traduzida através da memória dos pais. O lugar do duelo

muda. O trauma político-social vivido pelas vítimas da ditadura, além da quebra da intimidade pela tortura e dos traumas ligados à exposição à violência, abrangia a queda de um ideal; no caso da geração posterior, o duelo se atinha à ausência da família. Havia cambiado também o lugar do afeto.

Jean-Pierre Le Goff, ao tratar especificamente das ações populares de Maio de 1968, afirma que há uma impossibilidade de transmissão da memória das gerações anteriores para as jovens gerações (apud SARLO, 2005, p. 36). O que surge de interessante na leitura do sociólogo realizada por Sarlo é que os jovens não só negligenciaram o aprendizado de gerações passadas, mas redefiniram os contornos de como se lida com a experiência dos mais velhos. Os jovens, como figuras importantes na constituição desse momento histórico, reformularam a visão sobre a qual as experiências passadas deveriam ser enxergadas e sobre a qual aqueles que viveram essas experiências deveriam ter agido. Se há um contexto de pós-memória, pensamos que ele pode ser extremamente produtivo se considerarmos a participação das gerações posteriores à experiência dentro das lacunas deixadas pela história. O duelo, ainda que se altere frente às novas problemáticas, convive intimamente com os rastros ideológicos deixados pelo Estado ditatorial e se coloca mais além da experiência.

Andrés Di Tella, ao iniciar o documentário, opta por uma estratégia que sugere a aproximação com o que seria um cenário de pós-memória. A pergunta de Paula para Ana sobre a situação nos anos de 1970 constroi o fio condutor que indica uma diferença geracional. Embora *Montoneros* não se concentre na percepção de Paula sobre a história, a curiosidade da jovem oferece a motivação necessária para um relato de experiência. Definidos os âmbitos afetivo e social, reflete-se no interesse de Paula tanto a indagação sobre o passado da mãe quanto a limitação das discussões difundidas na sociedade pós-ditatorial. Não observamos um embaraço nas relações; ao contrário, em Paula, há um desejo de conhecimento sobre um dos períodos mais conturbados da Argentina e na apreensão inteligível da experiência materna.

. . .

O relato biográfico contado por Ana atua nas três esferas articuladas por Di Tella: sociedade, montoneros e indivíduo. A vida de Ana é contada desde a entrada na universidade, onde toma conhecimento do grupo militante, até a saída da ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada), período em que teve contato com a tortura. O que nos interessa é o modo como ela se constroi enquanto personagem de uma história

complexa que se bifurca de formas diferentes nas camadas sociais, nas esferas pública e privada. A motivação para este trabalho reside na fala final de Ana.

Em depoimento, ela recorda a circunstância em que foi solta, já desligada da guerrilha, e a conseqüente reintegração social. Curiosamente, a parte relatada pouco menciona a dificuldade imposta pelas lembranças da tortura e do medo. O centro da fala de Ana se localiza na desconfiança dos amigos guerrilheiros em relação a sua liberação. Era comum que todos os militantes guardassem um contingente de informação valioso à organização da qual participavam. Aqueles que saíram vivos do cativeiro tiveram maiores problemas no convívio social, pois se por um lado eram considerados terroristas ou “leprosos”, alcunha comumente usada para se referir aos ex-detentos, por outro davam a entender que eram traidores. No caso de Ana, a maior indignação veio do companheiro por quem se apaixonou, Juan Silva, desaparecido e pai de Paula. A pergunta feita por ele sai da boca de Ana como uma autoindagação, dada pelo tom e pela melancolia: “Quien és Ana?”. Operando um movimento narrativo circular, Andrés Di Tella amarra as pontas do documentário pela posta em questão sobre a identidade do sujeito. “Quem é Ana?” é o que tentaremos investigar.

Leonor Arfuch comenta:

poderíamos falar não somente de perdas, mas também de *chances*, não apenas do excesso de individualismo, mas também da busca de novos sentidos na constituição de um *nós*. Porque, e isso é essencial, sabemos que não há possibilidade de afirmação da subjetividade sem intersubjetividade; conseqüentemente, toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade. (ARFUCH, 2010, p. 101-102, grifos da autora)

No sentido que coloca a teórica, para entendermos a formação de Ana, é necessário que façamos primeiro uma breve descrição do que eram os Montoneros.

Peronista desde a fundação, ligado à tradição da esquerda católica, o grupo perseguia um ideal que foi se modificando com o passar do tempo. Cada vez mais se aproximou do marxismo, tendo em vista a mudança radical na política e na sociedade, aderindo em certo momento à luta armada. A perseguição da utopia, que girava em torno, principalmente, da volta de Perón ao poder, até então exilado na Espanha, atua como um poderoso registro identitário. Após a aproximação de outros grupos como o ERP (Ejército Revolucionario del Pueblo) e as FAR (Fuerzas Armadas Revolucionarias), ao peronismo foi somado o desejo da revolução socialista, carregando

uma problemática perigosa, pois nem sempre ambas as ideias andavam juntas. Por um tempo desempenharam sua militância abertamente, até o momento em que Perón, quando volta ao poder em 1973, os rejeita. As razões para a decisão são contraditórias, visto que o diálogo do Presidente argentino com a força militante Montonera aspirava a uma união que não se imaginava ruída. Os eventos do “Masacre de Ezeiza” e a morte do líder sindical José Ignacio Rucci, ambos em 1973, surtiram um estrondoso impacto na coletividade e nas esferas governamentais. Posteriormente, a responsabilidade desses acontecimentos foi remetida aos Montoneros. A frustração decorrente desses fatos é relatada extensivamente pelos entrevistados no documentário de Di Tella. O trauma gerado no interior da organização afetou a conduta do grupo frente ao cenário político e, logo após esses episódios, voltaram a atuar clandestinamente.

O antes e o depois, como marcas da personagem, funcionam como temporalidades convergentes no presente, quando há a enunciação do testemunho. A reconstrução de Ana por ela mesma enquanto sujeito passa pela conjuntura social e pela identidade de grupo. O modo como a sociedade encarava os integrantes da guerrilha, a ideia que tinham os guerrilheiros deles mesmos, as intrigas e relações de afeto desenvolvidas dentro do grupo oferecem dados para uma investigação da personagem e ela própria se baseará nesses mesmos registros para recompor os rastros desse eu do passado. Os fragmentos que constituem a formação da subjetividade se entrelaçam na narrativa produzindo sentido na medida em que o sujeito, que conta a história de si mesmo, recupera essa trilha de informação do tempo em que viveu. A relação com o presente não se dá de maneira diferente, observadas a interdependência entre a memória e a contemporaneidade na qual se insere o sujeito. A concomitância entre o tempo passado e o tempo presente reafirma, no relato da experiência, uma atividade fundadora de subjetividades. O processo autobiográfico é também um processo de autoficção, o que significa dizer que aquele que narra a si próprio, constroi ao menos dois personagens: o narrado e a figura imediata que narra desde o presente.

Ana, ao narrar no presente, não está na mesma esfera de sentido do conteúdo narrado, pois ali se coloca, além do distanciamento temporal, uma série de circunstâncias que ocasionaram a mudança do sujeito e regulam os limites da (auto)representação. Isso não deve ser encarado com uma barreira, senão como cortes de significação que operam na construção da personagem. A correlação entre a autora do relato e a personagem narrada é possível, justamente, porque há na representação

evidências espaciotemporais de traços distintivos. Manuel Alberca ajuda a pensar a questão ao tecer considerações sobre a identidade do autor:

no debemos entenderla como sustância o esencia, sino como su representación o figura, aprensible directamente en el texto narrativo, en la cual se percebe la correspondência referencial entre el plano del enunciado y de la enunciación, entre el protagonista y su autor, como resultado siempre de um transfiguración[...]. (ALBERCA, 2008, p. 89)

Podemos buscar um exemplo na fala de Ana ao constatar que, no contexto argentino, aderir à violência não ajudou na luta política dos Montoneros. Para além de uma discussão moral, pode-se notar um traço distintivo entre o instante em que se narra e o período que ambienta o relato. É um rasgo significativo devido à projeção social de um grupo estigmatizado por tal detalhe. Se numa medida não havia incômodo no passado pela presença da violência nos atos praticados pelo grupo, durante as entrevistas para o documentário, tornou-se visível através da fala pessoal que o extremismo já não condiz com a ética do presente de Ana.

. . .

Em outra ocorrência, a personagem relembra uma cena de perseguição militar. A informação sobre esconderijo em que ela, já grávida de Paula, e o marido, Juan, se abrigavam havia sido descoberta. Quando os militares invadiram a casa, puseram-se a fugir. Em um dado momento, Ana cai e diz a Juan para seguir sem ela, pois era constatável que não resistiria ao cansaço por todo o percurso. Juan, então, toma a arma nas mãos, aponta a cabeça dela e deixa claro que ficar no caminho não é uma opção. A personagem reconhece esse evento como uma demonstração de grande afeto e amor. Numa via temos a radicalidade do sentimento utópico, atuando com toda sua força, provocando um distanciamento afetivo: ninguém ficava para trás pela justificativa de conter informações privilegiadas sobre a militância, podendo colocar em risco todo o plano de mudança social. Em outro polo, ao contrário, vemos a preocupação com o cativo e a tortura: tirar a vida de uma(a) companheiro(a) para evitar o sofrimento no cárcere.

Ainda que estejam dispostos separadamente, estes dois elementos convergem na ação descrita, sem que possamos determinar qual foi a real intenção de Juan. Sabemos da percepção de Ana durante o testemunho: ela compreende o vínculo estabelecido entre afeto e utopia. No entanto, a lacuna gerada pela elipse da percepção da

personagem, entre o antes e depois, não deixa clara uma diferença interpretativa do ato de Juan. Não sabemos se Ana o encarou com repúdio, a um primeiro instante, e com o passar dos anos colocou em prática uma reavaliação da sua opinião sobre o acontecido. Entendemos pelo relato que o julgamento positivo de Ana se dá no passado e tem sua continuidade até o presente, eliminando da polêmica atitude o potencial duvidoso. Se podemos presumir de alguma forma uma diferença de assimilação temporal do evento, esta distinção se dá a partir da elipse, do que não se conta, do que é omitido no discurso que é o próprio limite imposto pelo autor à narrativa:

el yo autoficticio proyecta la imagen de um sujeto a la deriva, que sin dejar de ser él mismo se encuentra em sérios problemas, pues está al paio de los vientos que lo llevan entre la duda de su propia identidade y el omnipresente lugar común de la auto-invencción. El auge de lo rabiosamente personal significa la irrupción de lo privado em la esfera de lo público hasta conseguir borrarlo. (ALBERCA, 2008, p. 100)

O relato pessoal da memória, além da construção de um eu, também pressupõe a denúncia, o resgate de companheiros e companheiras, permite salvar o que restou de suas imagens, retirá-los da totalidade desumana na qual foram jogados pelas intervenções ideológicas do Estado. Propicia repensar os motivos, os anseios e as dúvidas que pairavam sobre o imaginário coletivo de um grupo. Enseja recuperar um ideal, uma utopia. “Borrarlo” significa, aqui, uma alteração na esfera da memória pública em que o controle hegemônico da informação ainda pertence à mídia e ao governo. Juan Gelman, poeta argentino e ex-montonero, escreve em “Nota XIII”, retirado da antologia *De Palabra* (2002):

cada compañero tenía un pedazo de sol/
en el alma/ el corazón/ la memoria/
cada compañero tenía un pedazo de sol/
y de eso estoy hablando (p. 109)

Para onde foram os pedaços dos quais nos fala o poeta? O testemunho de Ana agrega desde a construção de um eu até a revitalização de uma experiência utópica coletiva. A presença dos amigos e integrantes do grupo refletem não só um imaginário comum, mas a particularidade de cada sujeito. O traço individual destaca um agrupamento de sujeito que por suas práticas políticas e sociais reforçavam o valor da utopia. Adolfo Sánchez Vázquez dirá:

Em suma, não existe o “fim da utopia”, como não existe o “fim da história”, já que esta é inconcebível sem um horizonte utópico, enquanto seja necessária e desejável uma alternativa para a sociedade existente. Seu fracasso torna patente a precariedade, inadequação ou inoportunidade das tentativas de realiza-la, mas não da necessidade e desejabilidade de sua realização. Só quem se adapta ao existente como um limite insalvável, e se sente satisfeito dentro de seus limites, pode renunciar aos sonhos, aspirações ou projetos de submeter e transformar – ainda que na imaginação – o real; ou seja, à utopia. (2001, p. 317)

. . .

O testemunho de Ana se concentra na percepção individual sobre acontecimentos que tiveram uma larga relevância na coletividade. Relembrando a pergunta de Paula, pode-se apreender desta circunstância de recuperação da memória uma série de lacunas deixadas com o passar do tempo. A resposta à Paula se concretiza através do relato histórico e, sobretudo, em “Quién és Ana?”. A narrativa testemunhal reúne os âmbitos público e privado e estabelece de forma inteligível os eventos do passado no presente, encurtando a distância geracional. A necessidade de Paula em conhecer a história da Argentina dos anos de 1970 cruza com o desejo de conhecer sobre o passado da mãe.

A memória ativada pela narração do eu reagrupa “los sueños rotos por la realidad/los compañeros rotos por la realidad”, redimensiona os contornos de um período que se crê ultrapassado, mas existe fragmentado na sociedade por meio dos sobreviventes, das gerações de órfãos da ditadura e do que se configurou enquanto imaginário coletivo nacional. Os monumentos, heróis e heroninas, personagens históricos, vilões e vilãs, juntos tecem um relato mais amplo e difuso. A narrativa da memória permite a ordenação não-totalitária desses elementos, tornando-os interpretáveis e problematizáveis. O eu narrado atua como rasgo significativo para a reflexão sobre a conjuntura do relato. É a partir dele e das intrigas descritas que se recriam os espaços de identificação com os registros esquecidos de um tempo passado.

Corpus cinematográfico:

Montoneros: uma historia. Género: Documental Dirección: Andrés Di Tella. Guión: Roberto Barandalla y Andrés Di Tella. Productora: Cine Ojo. Argentina, 1994/95, 90 min.

Bibliografía:

ALABARCES, Pablo. Fútbol y Patria, una vez más. El relato nacionalista del fútbol argentino tras la crisis de 2001. In: LLOPIS GOIG, org. *Fútbol postnacional: transformaciones sociales y culturales del “deporte global” en Europa y América Latina*. Barcelona: Anthropos, 2009, p. 141-151.

ALBERCA, Manuel. Este (no) soy yo? Identidad y autoficción. In: *Revista de pensamento contemporâneo*, nº 25, 2008, pgs. 89-100.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AVELAR, Idelbar. *Alegorías de la derrota: la ficción postditatorial y el trabajo del duelo*. Disponible em: www.philosophia.cl / Escuela de Filosofía de la Universidad ARCIS, s.d..

GELMAN, Juan. *De palavra*. Madrid: Visor, 2002.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Trad. De Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado: cultura de la memoria y primera persona*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. *Entre a realidade e a utopia*. Trad. Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.